

VERSÃO FINAL DO RESUMO ENSINO MÉDIO/TÉCNICO - CIÊNCIAS
HUMANAS, AGRÁRIAS E SOCIAIS APLICADAS

**ECOS DE 1904: UM PARALELO ENTRE A REVOLTA DA VACINA E O
NEGACIONISMO NA PANDEMIA DE COVID-19**

Cornélio Schwambach (cornelio.schwambach@fae.edu)

Angela Balcevicz (angela.balcevicz@escola.pr.gov.br)

Beatriz Kuczynski (beatriz.kuczynski@escola.pr.gov.br)

O problema de pesquisa central questiona de que maneira o uso político da informação falsa — manifestado por boatos populares e impressos sensacionalistas no início do século XX e amplificado por fake news em redes digitais e aplicativos de mensagem no século XXI — influenciou diretamente o comportamento da população brasileira e comprometeu a eficácia das estratégias de saúde pública em ambas as emergências sanitárias. O objetivo geral consiste em mapear com profundidade as continuidades e rupturas na dinâmica informacional desses dois períodos históricos, demonstrando como a desconfiança nas instituições estatais e nas autoridades científicas molda a resistência sistemática às campanhas de imunização em massa. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa, fundamentada rigidamente no método histórico-comparativo por meio de uma

extensa revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias e secundárias, abrangendo jornais da época, discursos políticos, dados epidemiológicos e relatórios governamentais. Os resultados apontam que, em 1904, a revolta popular emergiu organicamente nas ruas da então capital federal como uma resposta direta à truculência do autoritarismo higienista comandado por Oswaldo Cruz e pelo prefeito Pereira Passos. Tal modelo sanitário violava arbitrariamente o espaço doméstico, impunha reformas urbanistas violentas e promovia a exclusão socioespacial das classes populares sem a mediação de qualquer comunicação pedagógica ou diálogo prévio com a sociedade. Em contrapartida, os dados analisados sobre a crise sanitária iniciada em 2020 revelam a atuação de um negacionismo de Estado orquestrado e industrializado pelas plataformas digitais, no qual a desinformação sobre a eficácia dos imunizantes e a promoção de tratamentos sem comprovação científica foram deliberadamente chanceladas e impulsionadas por altas autoridades governamentais com o intuito de promover a polarização ideológica e engajar continuamente suas bases políticas. Conclui-se que, apesar do abismo tecnológico de 116 anos que separa os dois eventos históricos, a recusa vacinal no Brasil possui raízes estruturais idênticas ligadas à crônica ruptura do pacto de confiança entre o Estado e a sociedade civil. Ambas as crises evidenciam de forma incontestável que a resistência à vacinação não decorre unicamente da ignorância individual ou da falta de acesso ao conhecimento científico, mas representa um sintoma alarmante de fraturas sociais profundas, de desinformação orquestrada e de iniquidades socioespaciais históricas, nas quais o direito pleno à proteção sanitária muitas vezes revela-se um privilégio de classe. Por fim, o estudo demonstra a urgência de reformular radicalmente a comunicação das políticas públicas de saúde no país, destacando que futuros planos de contingência epidemiológica devem abandonar posturas coercitivas ou negligentes, priorizando a transparência institucional, a valorização da ciência, o fortalecimento do letramento mediático e digital nas escolas e a garantia incondicional da justiça social para mitigar a vulnerabilidade da população diante de inevitáveis novas crises sanitárias globais.

Palavras-chave: revolta da vacina; covid-19; negacionismo científico; desinformação; saúde pública.